



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM EM ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Pompilio Locks¹

Danilo Melo²

Vanêssa Pereira Simon³

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke⁴

1 Doutor, Professor do Departamento de Governança Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). E-mail: <pompilio.locksfilho@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/1498012826313330>

2 Doutor, Professor do Departamento de Governança Pública da Udesc. E-mail: <danilo.melo@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/5250558538909060>

3 Doutora, Professora do Departamento de Governança Pública da Udesc. E-mail: <vanessa.simon@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/9257486955665577>

4 Doutor, Professor do Departamento de Governança Pública da Udesc. E-mail: <luiz.reinecke@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/9441286518517964>

O presente trabalho resulta da reflexão sobre a atuação do Laboratório de Aprendizagem em Economia Solidária (LabEcoSol - UDESC), programa de extensão criado em 2016 com o objetivo de fortalecer e promover a economia solidária no município de Balneário Camboriú/SC. Na trajetória recente do movimento na cidade, além dos Empreendimentos Econômico Solidários (EES) já existentes e do Fórum Municipal de Economia Solidária criado em 2010, foi criada em 2016 a Lei Municipal de Economia Solidária e, implementado em 2017, o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES). O objetivo deste trabalho é contribuir com a reflexão sobre a atuação do programa de extensão LabEcosol no fomento da economia solidária em Balneário Camboriú, sobretudo compreendendo as interrelações entre extensão universitária, movimentos sociais e participação social, na implementação da política pública de economia solidária. A partir deste relato de experiência, com base em levantamentos realizados pelo grupo e pela observação participante ao longo dos últimos anos nos espaços locais de construção da política pública, apontamos para a dificuldade de aprofundar os espaços de produção de conhecimento em interação com os movimentos sociais locais, apresentando como desafios a inteligibilidade e a simetria.

Palavras-chave: economia solidária; extensão universitária; participação social; conselhos municipais; política pública

This work results from the reflection on the performance of the Social and Solidarity Economy Learning Laboratory (LabEcoSol - UDESC), an outreach program created in 2016 with the objective of strengthening and promoting the solidarity economy in the municipality of Balneário Camboriú/SC. In the recent trajectory of the movement in the city, in addition to the already existing Solidarity Economic Enterprises (EES) and the Municipal Solidarity Economy Forum created in 2010, the Municipal Solidarity Economy Law was created in 2016 and, implemented in 2018, the Municipal Council of Economy Solidarity (CMES). The objective of this work is to contribute to the reflection on the performance of the LabEcosol outreach program in promoting the solidarity economy in Balneário Camboriú, above all understanding the interrelationships between university outreach, social movements and social participation, in the implementation of the public policy of solidarity economy. From this experience report, based on surveys carried out by the group and participant observation over the past few years in local spaces of public policy construction, we point to the difficulty of deepening knowledge production spaces in interaction with social movements challenges, presenting intelligibility and symmetry as challenges.

Keywords: solidarity economy; university outreach; social participation; city public policy councils; public policy

Este trabajo es una reflexión sobre la actuación del Laboratorio de Aprendizaje en Economía Solidaria (LabEcosol – UDESC), programa de extensión universitaria creado en 2016 con el objetivo de fortificar y promover la economía solidaria en la ciudad de Balneário Camboriú. En la reciente trayectoria del movimiento en la ciudad, además de los Emprendimientos Económicos Solidarios (EES) y del Foro Municipal de Economía Solidaria creado en 2010, también fue creada en 2016 la Ley Municipal de Economía Solidaria y el Consejo Municipal de Economía Solidaria (CMES), implementado en 2017. El objetivo de este trabajo es contribuir con la reflexión sobre la actuación del programa de extensión LabEcosol, en el desarrollo de la economía solidaria en Balneário Camboriú, sobre todo entendiendo las interrelaciones entre extensión universitaria, movimientos sociales y participación social en la implementación de la política pública municipal de economía solidaria. A partir de esto informe de la experiencia, con base en encuestas hechas por el grupo y observación participante a lo largo de los últimos años, mostramos la dificultad de profundizar los espacios de producción de conocimiento en interacción con los movimientos sociales locales, que presentan desafíos como la inteligibilidad y la simetría en las relaciones.

Palabras clave: economía solidaria; extensión Universitaria; participación social; consejos municipales; política pública

1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Aprendizagem em Economia Social e Solidária (LabEcoSol) é um programa de Extensão Universitária desenvolvido no Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com atuação em Balneário Camboriú e região. Criado a partir das demandas de grupos locais por suporte, o LabEcoSol tem por objetivo o fortalecimento e a promoção da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, em paralelo com a construção de um referencial teórico-metodológico para processos de formação e pesquisa.

Um dos seus principais eixos de atuação é a formação de multiplicadores, docentes e discentes, técnicos e integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)⁵, por meio de oficinas e palestras com base em metodologias participativas, permeadas pelos princípios de autonomia e cooperação. Nesse sentido, em seus cinco anos de atuação, o grupo desenvolveu mais de 20 atividades internas e externas à comunidade acadêmica e atingiu aproximadamente 500 pessoas.

Além das formações, membros do Laboratório também acompanham, na qualidade de representantes de instituições de ensino superior, o Fórum Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú (EcoSol-BC) e o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES). A criação do Conselho foi resultante de um processo de articulação iniciado em maio de 2016 com a aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária de Balneário Camboriú (Lei 3939/2016) e que, posteriormente, culminou nas audiências públicas para a instituição do CMES (Decreto 8678/2017).

No curso dessa experiência é importante refletir sobre a construção de diferentes espaços e relações da extensão universitária ao integrar o movimento. Nos espaços

institucionais, os membros do programa de extensão secretariavam reuniões do Fórum, representavam a universidade no Conselho Municipal, além de atuarem no levantamento das demandas e de suporte. Dito de outro modo, nessa interação, por vezes, estamos dentro do movimento e outras vezes ao lado, algumas vezes estamos atuando em conjunto e outras vezes produzindo relatórios e pareceres técnicos. Sem uma distinção entre uma atuação técnica ou política, dicotomia que consideramos necessário superar, e passados cinco anos de atuação no fomento e apoio do/ao movimento, da aprovação da Lei e do início do funcionamento do Conselho, é importante sistematizar e refletir sobre os avanços e os desafios da atuação do LabEcoSol, aproximando temas como extensão universitária e economia solidária em seus espaços de participação e interação.

Tendo em vista as interrelações temáticas e os estudos anteriores em que apresentamos em perspectiva histórica o Laboratório, destacando os atores e processos na trajetória do movimento (PACHECO et al., 2020), e o processo de institucionalização do Conselho de Economia Solidária no Município (REINECKE et al., 2020), nosso objetivo aqui é analisar o papel desempenhado pelo laboratório de extensão LabEcosol nos diferentes espaços do movimento de economia solidária em Balneário Camboriú, ou seja, refletir sobre a atuação do programa de extensão no fomento da economia solidária na cidade, sobretudo compreendendo as interrelações entre extensão universitária, movimentos sociais e participação social para a implementação da política pública de economia solidária. Problematizar e refletir sobre a interação e participação do Laboratório possibilita avançar a agenda de pesquisa e de ação, no suporte, apresentando alguns dos desafios e limites nesse processo.

Para tanto, inicialmente explicamos os procedimentos metodológicos que embasam os argumentos aqui apresentados para, após, discutirmos as intersecções teóricas entre extensão universitária e economia solidária. Na sequência, passamos à análise, que foi dividida em função dos espaços de articulação, seja diretamente com os

5 Embora seja importante salientar as diversas controvérsias em torno das organizações que se abrigam no conceito de economia solidária, ao longo desse artigo utilizaremos o termo empreendimentos econômicos solidários (EES).

atores envolvidos (EES), seja em espaços de participação mais informais, como o Fórum Ecosol-BC, ou mais formais, como o Conselho Municipal de Economia Solidária. Concluímos mostrando a complexidade e os dilemas presentes na relação universidade-comunidade, transparentes nas expectativas, nos avanços e retrocessos da atuação do LabEcosol no fomento da economia solidária no município.

2. METODOLOGIA

Nossa pesquisa é qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002; GIBBS, 2009) com enfoque em uma compreensão apurada dos processos históricos e sociais escolhidos (TILLY, 2002). Buscamos refletir sobre as interações entre o movimento de economia solidária de Balneário Camboriú, o Conselho e o Laboratório de extensão a partir de levantamento bibliográfico sobre as temáticas centrais e as observações realizadas pelos coordenadores do Laboratório. Utilizamos análise documental de dados primários e secundários, como legislações referentes à economia solidária no município, notícias de jornais, atas do Fórum e do Conselho municipal⁶, além dos relatórios sobre o movimento realizado pelo LabEcoSol em 2017 e 2020 - e observação participante dos professores-pesquisadores membros do Programa de Extensão, nos anos de 2018 e 2019.

Cabe destacar que os relatórios mencionados neste trabalho foram baseados em dois questionários semiestruturados, aplicados pelo LabEcosol em 2017 e 2019, com os empreendimentos da cidade e centrado nas características organizacionais dos grupos e em suas percepções sobre o Conselho e as políticas públicas de economia solidária no município⁷. Como um dos pilares do LabEcosol

é a sistematização das experiências da economia solidária no município, utilizamos neste trabalho um conjunto amplo de dados que foram coletados e produzidos desde a criação do Laboratório.

Em consonância com os objetivos propostos, as análises buscaram verificar como os participantes do movimento percebiam o atual estado da economia solidária em Balneário Camboriú, suas relações com o Conselho e, também, em relação às políticas públicas (in)existentes. As observações realizadas ao longo dos anos pelos professores, seja no Conselho, seja em reuniões do Fórum, seja nas oficinas promovidas pelo Laboratório de extensão, também serviram como material de análise para as interações apresentadas nesse trabalho. Por meio dessas triangulações, procuramos realizar uma primeira reflexão sobre o papel desempenhado pelo projeto de extensão LabEcosol nos diferentes espaços do movimento de economia solidária em Balneário Camboriú. Com isso, esperamos compreender melhor as ações do Laboratório no território em que está inserido, identificando suas potencialidades enquanto apoiador, promotor e articulador do movimento da economia solidária.

3. DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entendemos extensão universitária como um elemento que compõe o tripé da universidade articulado com o ensino e com a pesquisa de maneira indissociável, num processo educativo e científico que visa a construção de uma relação renovadora entre universidade e sociedade (FORPROEX, 1987). Dos três pilares, foi o último a surgir, possui uma natureza inerentemente interdisciplinar, direcionada a demandas de um público mais amplo, variado e difuso, aspectos que fazem com que seja mal compreendida e incorporada pelas universidades (PAULA, 2013).

Os princípios que regem a extensão

28/11/2019.

6 As 21 atas do CMES estão disponíveis em: <https://www.bc.sc.gov.br/conteudo.cfm?ca-minho=conselho-municipal-da-economia-solidaria-cmes>. Acesso em 22/11/2021.

7 As questões foram construídas a partir de uma adaptação do projeto SIES (2013), disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em:

atualmente são: i) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ii) a interação dialógica com a sociedade; iii) a inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão; iv) a busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; v) a afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade (PAULA, 2013, p. 21).

A extensão é a maneira de a Universidade interagir com a comunidade na qual está inserida num fluxo contínuo entre ela e os diversos setores da sociedade. Essa atuação não pode ser entendida como um assistencialismo, mas sim, como um processo dialógico em que há uma troca entre os “saberes” da comunidade e os “saberes” da universidade.

Para Paula (2013, p. 6),

a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.

Assim, há um fortalecimento da relação universidade/sociedade ao socializar o conhecimento construído no ambiente universitário por meio de projetos elaborados que priorizam a superação das condições de desigualdade e de exclusão presentes nas comunidades participantes, ou seja, atua como instrumento de democratização, redução de desigualdades por meio da ecologia de saberes (RAYS, 2003; SANTOS, 2004; NUNES; SILVA, 2011).

Nunes e Silva (2011, p. 123) afirmam que a extensão universitária se fundamenta em um processo “educativo, cultural e científico” para viabilizar a relação entre universidade e sociedade, sendo a universidade entendida como um espaço de conceber e de repensar o conhecimento e, portanto, de alteração social para fora dos “muros acadêmicos”. Com isso, a universidade vai além de ser

um “laboratório, um objeto de estudo ou campo de pesquisa”, mas, passa a ser uma instituição que contempla as pessoas com suas reivindicações, saberes, necessidades, tanto dentro como fora da universidade.

Paula (2013) corrobora esse pensamento ao afirmar que a universidade deve reconhecer a diversidade da sociedade como sujeito de direitos e deveres e como possuidora de valores e culturas tão relevantes quanto aqueles provenientes do saber erudito. Por isso, uma característica basilar da extensão é a de consolidar uma relação entre o conhecimento científico e tecnológico construído na universidade com o conhecimento das comunidades tradicionais, para promover uma interação dialógica, diversa, promotora de uma emancipação dos sujeitos envolvidos.

Ao se pensar na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, esta última torna-se tanto um celeiro de oportunidades para a realização de pesquisas em relação aos anseios e necessidades da sociedade, como um espaço para a aplicação de teorias do ensino ao levar os conhecimentos produzidos pela universidade, numa democratização do conhecimento, numa troca sistêmica de saberes. Isso novamente reforça o caráter dialógico da extensão, ou seja, a universidade transforma a sociedade levando seus conhecimentos construídos e é transformada por ela ao atender suas demandas, aprendendo com ela, tendo uma “atuação privilegiada [que] por esse relacionamento possibilita a formação de pessoas emancipadas, comprometidas com comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral” (NUNES; SILVA, 2011, p. 126; PAULA, 2013; SERRANO, 2013).

Seguindo nesse raciocínio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão no fazer acadêmico, a aproximação entre ensino e extensão possibilita uma alteração do processo pedagógico ao permitir que alunos e professores participem do ato de aprender, ou seja, democratiza o saber acadêmico quando ele é compartilhado com a comunidade e esse saber retorna à universidade reelaborado a partir do vivenciado em conjunto com a comunidade. Há uma expansão da sala

de aula tradicional, com um deslocamento das teorias para um espaço que contempla a própria universidade e o que está fora dela, onde se realiza um repensar histórico e social. É um espaço planejado para a promoção de práticas que integrem as várias áreas do conhecimento necessitando que sejam articulados os diversos sujeitos de maneira a promover a interdisciplinaridade, o que também favorece o desenvolvimento de uma maior conscientização proporcionando a formação de sujeitos ativos na mudança, que se coloquem numa perspectiva mais ativa e crítica, participando diligentemente de uma transformação social.

Em aproximação com a pesquisa, a extensão poderia ser entendida como um laboratório evidente em que as necessidades das pesquisas acadêmicas são concebidas em relação às necessidades percebidas no seio da comunidade, ou seja, a pesquisa como uma sistemática procura por respostas às questões levantadas pela sociedade e apreendidas pelo processo de extensão. Assim, essa troca entre os saberes acadêmicos e os populares de maneira sistematizada produz um conhecimento fruto do entendimento da realidade local, de maneira a democratizar o conhecimento acadêmico e uma participação efetiva da comunidade na universidade, o que promove, por meio da interdisciplinaridade, uma percepção ampla e integrada da realidade social (CASTRO, 2004; NUNES; SILVA, 2011; SANTOS; CRUZ, 2008; SERRANO, 2013).

Melo Neto (2002) acrescenta que ao desenvolverem um trabalho conjunto, universidade e comunidade trazem as tensões de seus integrantes para a ação e com isso, procuram por objetos de pesquisa de maneira a construir um novo conhecimento ou reformularem os conceitos existentes, o que torna esses objetos de pesquisa materiais para outro alicerce da universidade – o ensino. Para a comunidade, ao se devolver os resultados do trabalho desenvolvido promoverá novos saberes ou saberes reexaminados que poderão ser utilizados pela comunidade em ações emancipatórias. E aqui a extensão se aproxima dos princípios da economia solidária e para isso, é necessário revisar um pouco do que está implícito nesse conceito,

bem como relacionar os dois temas.

O segundo mapeamento nacional da Economia Solidária apontou a existência de quase 20 mil EES no ano de 2013, sendo 11.823 associações, 6.018 grupos informais e 1.740 cooperativas⁸. Dedicados, em sua maioria, a produção de bens e serviços, envolvem atividades como o artesanato, a agricultura familiar, a reciclagem e as finanças solidárias, por exemplo. Como são inúmeras e diversificadas as práticas e perspectivas teóricas associadas ao fenômeno, em artigo recente centrado na definição do conceito, Gaiger, Veronese e Ferrarini (2018) sugerem uma abordagem gradualista, baseado em três critérios articulados, a atividade econômica, o compromisso social e a gestão democrática.

A economia solidária une um espírito empreendedor com um espírito solidário, justamente porque a atividade econômica é feita de forma autogerida por pessoas, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social⁹. Como, idealmente, se baseia em vínculos não hierárquicos, serve também como crítica à ciência econômica e sua visão unidimensional da empresa capitalista e do mercado. Segundo Gaiger, Veronese e Ferrarini (2018, p. 138)

De parte dos promotores da economia solidária, e graças a uma convergência notória e singular no caso brasileiro, o recurso tem sido apoiar-se em uma definição política comum de EES para fins de demarcá-los das formas subordinadas ou capitalistas de economia e de enfatizar o sentido alternativo e transformador da economia solidária.

A partir disso, entende-se que a economia solidária se desenvolve numa lógica própria e distinta, tanto do mercado, ao adotar formas mais comunitárias de propriedade, quanto do Estado, ao não prever formas

8 Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em 27/04/2020.

9 Diferem, neste sentido, de ONGs porque estas são organizações geridas por terceiros que prestam serviços aos consumidores, baseadas no voluntariado, nem sempre visam a atividade econômica e porque a gestão democrática é variável, enquanto na economia solidária são os próprios vulneráveis que administram e tocam os EES.

de propriedade institucional. Surge como uma inovação na sociedade civil latino-americana na medida em que procura articular os setores social, político e econômico visando a auto-organização das camadas da população que se encontram fora do mercado. A proximidade, a busca por equidade, a autogestão e a não aceitação da lógica instrumental promovem práticas econômicas com princípios não utilitaristas, que contêm sociabilidades complexas e que têm permitido a sobrevivência de amplos segmentos sociais (GAIGER, 2009).

Simultaneamente, a dimensão do lucro nos empreendimentos permite a sustentabilidade e viabilidade dessas práticas ao longo do tempo (LISBOA, 2009). Essa é a originalidade da economia solidária: estar no mercado sem se comprometer estritamente com a persecução ao lucro, atuando por meio de princípios mais amplos, como o respeito ao meio ambiente, o preço justo e a cooperação. Costa e Carrion (2009) afirmam que a economia solidária ainda pode não ser numericamente representativa, mas apresenta práticas inovadoras do ponto de vista qualitativo e ético. Trata-se, portanto, de uma economia híbrida e plural (LAVILLE, 2006) que merece ser pesquisada em suas diferentes manifestações.

Um aspecto relevante da economia solidária é atuação dos seus participantes que trabalham normalmente num sistema de cooperação, numa lógica de reciprocidade, com formas comunitárias de propriedade em que a autogestão é a forma de coordenar o empreendimento e com isso, todos participam do processo decisório (LAVILLE, 2006; GAIGER, 2009).

Gattai e Bernardes (2013, p. 58) afirmam que os partícipes, ao trabalharem juntos em prol de um objetivo comum e, conseqüentemente tomando decisões coletivas para administrar essa atividade, sofrem diversas mudanças “comportamentais, cognitivas, sociais ou culturais”.

Justamente nesse aspecto que a Universidade pode se tornar um agente catalisador dessas mudanças por meio da extensão ao desempenhar um papel significativo na mobilização e empoderamento dos grupos ao aproximar os saberes acadêmicos dos

saberes populares e, numa postura dialógica, atuar com os grupos em favor de um projeto de interesse dos envolvidos na economia solidária.

Essa postura de extensão dialógica e participativa é um desafio em diversos graus. Ao entender que a configuração da economia solidária conta com diferentes atores sociais como os movimentos sociais, as organizações de apoio estatais e religiosas, as organizações não-governamentais e, também as universidades, a extensão universitária tem um papel importante nesse contexto ao agregar alguns fatores fundamentais para o desenvolvimento da economia solidária (COSTA, 2013, p. 26):

o comprometimento social e comunitário implícito na missão da Universidade brasileira.

o potencial de desenvolvimento tecnológico e metodológico adequados ao fomento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários por meio da ação integrada entre extensão e pesquisa.

a função de formação de profissionais preparados para atuarem com a temática da economia solidária, compreendendo suas especificidades e contribuindo para seu fortalecimento no país.

Percebe-se com isso, a proximidade possível de atuação entre os temas extensão universitária e economia solidária. Ao se resgatar os princípios da extensão expostos anteriormente por Paula (2013), essa aproximação ainda mais visível, pois a economia solidária por suas características é um terreno fértil para trabalhar temas relevantes para o ensino, a pesquisa e a extensão, preservando a indissociabilidade destes. Além disso, a economia solidária congrega realidades e atores muitos diversos, e conseqüentemente as demandas que surgem requerem propostas que contemplem várias áreas da universidade, bem como diversos níveis de atuação, assegurando o caráter interdisciplinar da extensão e, com essa perspectiva, a possibilidade de assegurar uma eficácia social das ações da extensão mais alinhada aos propósitos dos envolvidos.

Como afirmam Nunes e Silva (2011), a universidade ao se aproximar, via extensão, do movimento de economia solidária passa a contemplar em seu arcabouço outros saberes, reivindicações e necessidades para além dos tradicionalmente contemplados. Assim, consolida uma relação entre o conhecimento científico característico das universidades com o conhecimento das comunidades tradicionais contemplados na economia solidária, numa interação dialógica, aqui apresentada repetidas vezes, com o objetivo de promover uma maior autonomia dos envolvidos em ambos os aspectos. Desta maneira, reafirma a percepção de que a universidade, ao se aproximar de outras realidades, transforma a comunidade e é transformada por ela (CASTRO, 2004; SANTOS; CRUZ, 2008).

A partir dessa interação entre extensão universitária e economia solidária é possível promover uma maior articulação e comunicação entre espaços sociais distintos e, desse modo, uma conscientização e formação de sujeitos mais preocupados com uma mudança social, desenvolvendo ou aprimorando uma consciência crítica, numa postura mais ativa. Com isso, há uma maior democratização do conhecimento acadêmico e uma presença mais efetiva da comunidade na universidade, reassegurando, novamente por meio da interdisciplinaridade, uma apreensão mais vasta e interligada da realidade social na qual ambas estão inseridas. Nesse sentido, refletir sobre experiências particulares nos territórios e aprofundar na compreensão dessas relações entre os movimentos e as aproximações possíveis, faz-se necessário para avançar a agenda.

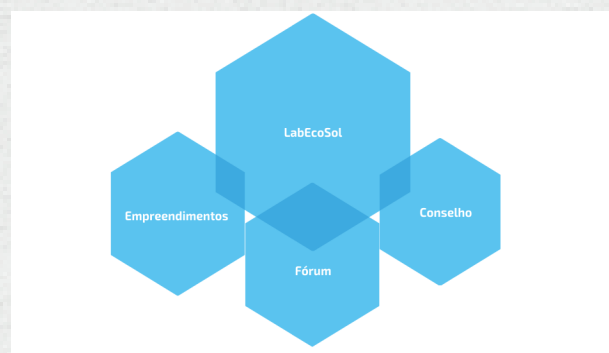
Sobretudo, é necessário consolidar o espaço da economia solidária, entendida como uma outra maneira de perceber a economia, no ambiente acadêmico e isso somente será viável quando o conhecimento produzido por meio da aproximação entre os programas de extensão e a economia solidária for socializado e apreendido por diversas áreas do conhecimento (SANTOS; CRUZ, 2008). Daí a importância de a extensão universitária como uma prática, uma cultura das universidades na realização

de ações que proporcionam a autonomia dos envolvidos (PAULA, 2013). Dessa forma, na próxima seção apresentamos um resgate das práticas do Laboratório a partir da reflexão dos pesquisadores do LabEcoSol, fazendo avançar as discussões já empreendidas pelo grupo em outras produções (PACHECO et al, 2020; REINECKE et al., 2020) e agregando materiais coletados e produzidos ao longo desses anos.

4. ANÁLISES

Nesta seção, organizamos os relatos analíticos em três seções, que tratam dos espaços de interação: i) nas oficinas e cursos aos empreendimentos e membros; ii) no Fórum Ecosol-BC; iii) no Conselho Municipal de Economia Solidária. Essas análises iniciais, destacamos, fazem parte de uma reflexão sobre as relações estabelecidas nos espaços da atuação do Laboratório de extensão com o movimento de economia solidária. Na Figura 01, apresentamos as interfaces em que nos concentraremos: laboratório-EES; laboratório-fórum; laboratório-conselho. Ainda que esses espaços se sobreponham e dialoguem entre si, buscamos sistematizar dessa maneira para poder analisar, com mais detalhes, as nuances das relações com os atores. A relação ocorre a partir de distintos suportes institucionais e aspectos históricos, com objetivos que se aproximam e se afastam, por vezes. Ao sistematizar o relato da experiência em três dimensões procuramos, sobretudo, identificar as relações que são produzidas e os desafios nesse processo.

FIGURA 01: Espaços e interfaces de atuação



Fonte: elaborado pelos autores.

4.1 RELAÇÕES COM ATORES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: LABORATÓRIO E EMPREENDIMENTOS

Nesta seção nos concentramos nas relações do LabEcosol com os atores dos empreendimentos econômico solidários. Essa relação acontece em todos os espaços da Figura 01, mas aqui nos interessa uma compreensão específica: quando a relação não está intermediada por um dispositivo de deliberação na esfera pública. Ou seja, ainda que nossa categorização sobreponha atores, aqui o que procuramos explorar e compreender da relação com os empreendimentos, que também atuam no Fórum e têm cadeira no Conselho, está relacionada à relação direta entre os atores do Laboratório e dos Empreendimentos, no processo de formação, de suporte e de apoio.

Importante entender um pouco sobre o cenário da economia solidária no município por meio dos dados do mapeamento realizado em 2020 pelo LabEcosol. O mapeamento foi composto por 07 empreendimentos, como o primeiro de 2017, sendo que apenas 04 empreendimentos participaram do mapeamento anterior, constituindo-se predominantemente urbanos e totalizando 135 associados, majoritariamente compostos por mulheres (87%). Produção, comercialização de produtos ecológicos ou orgânicos (43%); motivação social, filantrópica, religiosa ou desenvolvimento comunitário (43%) dividem o primeiro lugar, dentre as motivações de criação dos EES. Seguindo nessa linha, 100% dos empreendimentos afirmam ter a principal atividade econômica a produção/comercialização e, conseqüentemente, a venda é apontada, por todos os EES, como a principal destinação dos produtos, sendo destinada ao consumidor – o que mostra a ausência de um atravessador, corroborando os princípios da economia solidária de oferta e demanda caminharem juntas. Um importante destaque do mapeamento é com relação ao apoio e assessoramento aos empreendimentos. Todos os empreendimentos afirmaram ter recebido apoio em algum momento de sua existência, sendo que uma das principais entidades

destacadas foram as universidades da região (71%): Univali (que possui uma ITCP) e a Udesc (por meio do LabEcosol).

Isso reforça um dos objetivos centrais do Laboratório: formação e suporte. Com isso, os extensionistas relacionam-se com os membros do movimento, assim como interessados em adentrar, recebendo na universidade ou visitando os espaços de produção e comercialização. As representações sobre qual seria o papel da universidade, dos professores, dos empreendimentos e dos novos entrantes é o que nos interessa problematizar aqui, à luz da extensão e da participação social.

A interação com os membros do movimento é plural, no sentido que existem atores há mais tempo no movimento, assim como interessados em conhecer os princípios da economia solidária e artesãos que procuram pelas formações para que possam se aprofundar na temática e, também, comercializar nos espaços locais destinados à economia solidária. Um dos professores que coordena o projeto atua no movimento antes mesmo da criação do Laboratório de Extensão e essa historicidade contribui para a construção de laços com os membros. Por outro lado, um dos fatores com os quais atentamos na integração de novos membros é criar um espaço acolhedor.

As formações são conduzidas por professores, bolsistas e discentes voluntários do Laboratório de extensão. Procuramos, nesse espaço, aproximar os atores numa co-construção do conhecimento em torno dos princípios e desafios da economia solidária, tendo como foco as bases da extensão universitária, assentadas na superação das assimetrias da apropriação do conhecimento (PAULA, 2013). Por isso, as oficinas são participativas e com dinâmicas que incentivem à horizontalidade. Além da exposição temática, os atores participam com suas reflexões, exemplos, com suas experiências e apresentam os desafios que enfrentam cotidianamente ao vivenciar a economia solidária. Mais que isso, são convidados a colaborar com as temáticas, seja para levantar os tópicos ou formatos das futuras oficinas.

Nessa relação percebemos o desafio de ultrapassar a relação professor-aluno tradicional, entre aquele que detém ou não o conhecimento. Um dos desafios, no entanto, concentra-se em debater temáticas não hegemônicas com clareza, frente às noções arraigadas no imaginário quanto ao resultado, ao empreendedorismo, ao individualismo. Explorar o espaço de aprendizagem para além da exposição, mas com oficinas em que são sensibilizados os sentidos e significados dos princípios em questão nos parece essencial, sobretudo com periodicidade e regularidade nesse processo. Algumas vezes tivemos o desconforto com exemplos trazidos do espaço produtivo tradicional, do mundo empresarial, e, nesse sentido, refletíamos sobre o papel do Laboratório em identificar os desafios da formação e do próprio espaço emulado das formações. A socialização dos conhecimentos universitários, dessa forma, não ocorre sem uma reelaboração a partir das práticas cotidianas dos atores sociais envolvidos na temática (RAYS, 2003; SANTOS, 2004; NUNES; SILVA, 2011).

Apesar da extensão universitária primar pela transformação social baseada em uma perspectiva pedagógica e metodológica, os principais desafios do Laboratório foram o diálogo entre a educação universitária (conhecimento acadêmico) com a educação popular (conhecimento e prática dos movimentos sociais). Na realização das formações, as lideranças do movimento conheciam o formato horizontal e participativo, tendo papel ativo no processo. Os interessados ou mesmo novos ingressantes nos empreendimentos tinham como referência e até expectativa uma educação tradicional, numa relação hierárquica entre professor (Laboratório) e aluno (participantes das formações). Parte desta expectativa, advinha do respeito à instituição universidade, e outra parte da experiência na educação formal. Neste sentido, as formações possuíam um caráter inovador na discussão da economia solidária face à economia tradicional, bem como em colocar o participante como ator principal no processo de ensino-aprendizagem, desconstruindo uma visão hierarquizada. Dessa forma, em sua concepção, a noção de autonomia dos participantes (PAULA, 2013) se contrapunha a concepções

assistencialistas.

Além das formações, as visitas aos empreendimentos para identificar os desafios, ao acolher as demandas e realizar os levantamentos técnicos, apontam para a importância de, além de atuar na formação conceitual, co-construir e compartilhar ferramentas de gestão relacionadas à produção em um outro modelo. Nos levantamentos que fazíamos sobre os temas para oficinas identificávamos assuntos como: precificação, vendas online, mídias e redes sociais. Isso evidenciou um desafio na condução dos empreendimentos, que, por vezes, buscavam saídas nos cursos tradicionais de ferramentas para empresas em organizações que formam micro e pequenos empreendedores. Nesse sentido, identificamos a necessidade da transdisciplinaridade (PAULA, 2013), dadas as potencialidades de integração com disciplinas relacionadas à gestão de organizações do terceiro setor para apoiar as organizações, como casos a serem diagnosticados e com implantação de ferramentas de gestão atentas à dimensão pública e solidária de uma nova economia.

Nessa relação com os empreendimentos, portanto, a construção compartilhada dos caminhos a serem seguidos, de uma escuta ativa e que incentive a participação, criando um espaço acolhedor na formação política e para participação centram-se como os principais desafios. Dito de outro modo, nas formações e mapeamentos, por vezes, demandavam as respostas prontas dosicineiros e professores e o grande desafio era abrir as questões para solução compartilhada, autônoma, atentando-se aos princípios que norteiam a economia solidária e a extensão universitária.

4.2 OS ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO: FÓRUM

Em relação a diversificação de práticas de participação social no Brasil atual, estar em um espaço mais formal ou mais informal em relação às instituições públicas pode acarretar diferentes consequências para os

movimentos e suas demandas (LAVALLE et al., 2019). Na criação do Laboratório, uma das principais expectativas com relação à Universidade era a mobilização dos empreendimentos locais e a reativação do Fórum, um espaço próprio e autônomo de debate e deliberação dos EES da cidade. Esse esforço de mobilizar os membros, articular e trazer atores que se afastaram, passou a ser um dos incentivos do grupo. Além dessa coordenação com as lideranças, outro desafio consistia em trazer novos membros, ampliando e construindo espaço para novas lideranças. A continuidade das mesmas lideranças parecia enfraquecer o movimento, não apenas pelas relações sociais, mas sobretudo, pela perspectiva de que os novos membros não tinham as habilidades sociais e técnicas que as lideranças atuais possuíam¹⁰. Esse elemento se refletia na condução das reuniões, em que alguns membros detinham a palavra a maior parte do tempo formal da reunião, corroborando problemas e assimetrias sociais há muito tempo enfatizadas pelas pesquisas participativas (AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI, 2004).

No primeiro ano as reuniões aconteciam no espaço da Universidade, no centro da cidade. A adesão era alta, mas a participação era baixa. A agenda que unia os atores integrava o resgate do movimento e a inclusão de um novo ator, em um novo espaço que poderia oxigenar as demandas e trazer soluções aos antigos desafios de ampliação dos espaços de comercialização e da institucionalização do movimento perante o poder público local. Ou seja, ainda que as reuniões mantivessem quórum, eram poucos os atores que dialogavam e detinham a palavra na reunião, mesmo que técnicas de condução de reuniões mais participativas fossem utilizadas. Nesse sentido, esses fatores, que eram considerados críticos para os coordenadores do Laboratório, não pareciam ser as demandas centrais do movimento. Essa reflexão apontava para a necessidade de conduzir oficinas e formações em que essas questões fossem pautas, mais do que a implantação de

um bastão da fala de modo unilateral pela extensão universitária. Naquele momento, entendíamos que a própria escolha dos instrumentos, dos caminhos que seguiriam as lideranças, dependiam da construção coletiva quando vislumbravam os desafios que identificavam nas próprias formações. Nas reuniões também recebíamos atores do poder público e as demandas concentravam-se, naquele momento, nos caminhos para a aprovação da lei municipal de fomento à economia solidária.

Percebe-se, sobretudo, que os desafios à participação nesses espaços relacionam-se a aspectos ordinários, como os horários e locais das formações, quanto comportamentais dos participantes, como timidez e presença de fortes lideranças intermediadoras. Nas reflexões dos extensionistas apresentava-se sempre a necessidade de respeitar o tempo dos empreendimentos, entendendo os limites enquanto um dos participantes do movimento. As expectativas da equipe do Laboratório, na condução das reuniões, precisavam estar alinhadas às dos membros do movimento. Essa relação com a universidade não poderia ser de dependência para condução da agenda, das pautas e dos modos de organizar. Ocupar esse espaço com atenção e respeito às demandas que eram próprias do movimento, das reuniões que alongavam temáticas que pareciam já ter sido superadas e esgotadas, eram temas de problematização e aprendizagem dos próprios coordenadores do Laboratório. Era preciso convidar os participantes a apresentarem suas experiências e criar um espaço acolhedor para a participação, mas respeitando também o silenciamento, procurando seus significados. Para muitos deles era a primeira vez que entravam em uma universidade pública, e com o tempo, ambientavam-se e apropriavam-se desse espaço. Em outros momentos, identificávamos que os conhecimentos técnicos e políticos de algumas lideranças tradicionais, seja por acesso ao executivo ou legislativo ou das habilidades com a burocracia e as técnicas organizacionais, inibia a participação dos que estavam iniciando no movimento.

Desse modo, para criar um ambiente mais acolhedor e em que os membros dos empreendimentos percebessem a

¹⁰ Sobre o tema das lideranças nos aspectos internos e externos da economia solidária, ver Locks (2016).

universidade não como o espaço de uma relação tradicional de ensino-aprendizagem, a condução das reuniões contava com a ampla participação de bolsistas e discentes voluntários e realização de cafés solidários. Com isso, os professores estavam em meio aos membros e nesse processo ficavam atento às expressões e ao comportamento para trazer os atores posteriormente à participação. Além disso, com os cafés, o ambiente tornava-se mais acolhedor e acessível.

Além das expectativas em torno da coordenação da universidade e do conhecimento que viria dela, procurávamos criar um espaço de compartilhamento, de estar à mesa juntos, de participação e de respeito ao tempo e espaço individual no processo de participação. Com a aprovação do projeto de lei em questão e a institucionalização do Conselho, no entanto, os atores passam a se concentrar na consolidação da agenda mais próxima do poder público e identificamos um esvaziamento do Fórum, com dificuldade de articulação dos membros, que, por vezes, sentiam que, com a criação do Conselho, o projeto do Fórum estava realizado. Respeitando os espaços e as agendas dos empreendimentos, mas sendo parte do movimento, alertávamos sobre a importância da regularidade das reuniões para que os temas fossem discutidos entre os empreendimentos no Fórum, para que houvesse coesão e interlocução, já que o movimento não se limita à representação no Conselho.

Em certa medida, as dificuldades enfrentadas no passado na aprovação da lei municipal de fomento à economia solidária desmobilizaram o movimento. Nesse sentido, há que se entender a universidade, especialmente a extensão, como uma das pontas de um processo social complexo, cujo foco na educação, produção, sistematização e socialização do conhecimento (PAULA, 2013) também apresenta inúmeras limitações. Assim, amadurecer a compreensão sobre esse fenômeno com os próprios atores do movimento é um dos caminhos para o Laboratório para que haja aprendizagem e reflexão em torno do próprio sentido do Fórum e do Conselho.

4.3 ATUAÇÃO E RELAÇÕES NO CONSELHO

Nas próximas linhas, nos detemos especificamente no Conselho Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú (CMES) e em alguns dilemas mais explícitos que a institucionalização da participação implicou para os atores envolvidos (poder público, EES e Laboratório). Inicialmente, cabe ressaltar que o Brasil tem sido um celeiro internacional de estudos sobre participação política e os conselhos de políticas públicas estão entre as experiências mais importantes em território nacional¹¹. Como já possuem análises relativamente consolidadas, podemos dizer que, nos últimos anos, a literatura entende de forma mais crítica o futuro dos mecanismos participativos no país (LAVALLE; VOIGT; SERAFIM, 2016).

Nesse ínterim, o CMES foi idealmente pensado pelos grupos de Balneário Camboriú como um espaço no qual a administração pública, pela primeira vez, se tornaria mais porosa aos interesses da economia solidária. Até então, nenhum tipo de institucionalidade havia sido criado na estrutura de governo municipal e, diga-se de passagem, inúmeros movimentos sociais outrora negligenciados dos processos políticos obtiveram conquistas em espaços de participação social (POGREBINSCHI, 2012).

Assim sendo, foi criado o CMES, órgão colegiado, deliberativo e normativo, formado por doze representantes – seis governamentais, quatro EES e duas entidades de apoio (Quadro 1) –, com o objetivo de definir, de forma participativa, as políticas públicas adotadas pelo município. Foi instituído oficialmente em 22 maio de 2018, por meio do Decreto no 8959, após dois anos da promulgação da lei.

¹¹ Conselhos podem ser definidos, de maneira ampla, como “espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo, tendo por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas” (IPEA, 2013, p. 9).

QUADRO 1: Componentes do Conselho Municipal de Economia Solidária em BC

Instituição	Procedência
secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (STDE)	Governamental
secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SDIS)	Governamental
secretaria da Fazenda	Governamental
empresa Municipal de Águas e Saneamento (Emasa)	Governamental
empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri-SC)	Governamental
instituto Ecocidadão	Empreendimento
copemar BC Ambiental	Empreendimento
universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	Entidade de apoio
Associação de artesãs da Barra	Empreendimento
Artes Unidas em Ação	Empreendimento
Associação de Mulheres Produtoras de Artesanato de Identidade Cultural de SC (Amuarte-SC)	Empreendimento

Fonte: Balneário Camboriú (2019).

Em consonância com os estudos recentes, nossa reflexão enquanto participantes e pesquisadores do processo é de que a aprovação da lei, com a respectiva criação do Conselho, não surtiu os efeitos esperados em termos de mobilização e desenvolvimento de políticas públicas de economia solidária no município. Dessa forma, o CMES pouco avançou e, como último ato, veio a pandemia da COVID-19, período no qual o Conselho não fez mais reuniões.

Um primeiro aspecto a ser destacado são os impactos nas relações quando estas se deslocam para um espaço formalizado. Ao analisarmos as atas das reuniões¹², percebemos que o Conselho centrou sua atividade na estruturação interna e na regularização de uma cooperativa para o estabelecimento de convênio, fato este que gerou um constante conflito com os agentes governamentais, especialmente aqueles

¹² Para um aprofundamento destes aspectos, ver Reinecke et al. (2020).

vinculados ao meio ambiente. Essa tensão, inclusive, acabou sendo judicializada, evidenciando os desafios impostos à economia solidária em um contexto marcado por diferentes agendas de desenvolvimento.

No que se refere ao LabEcosol, em um primeiro momento foi alçado à condição de protagonista nas reuniões de planejamento e desenvolvimento de regimento interno, tendo em vista as dificuldades iniciais dos grupos no espaço institucional e a linguagem técnico-burocrática que permeia o Conselho. Em um segundo momento, se posicionou como interlocutor dos problemas que surgiam entre os EES e a administração pública. Em síntese, como o foco principal foi o impasse com a cooperativa, procuramos auxiliá-la no campo burocrático para obter suas licenças, ao mesmo tempo em que mediávamos o conflito com a prefeitura dentro do espaço do CMES. Em nosso entendimento essa era uma questão sensível, haja vista a possibilidade de desgaste do CMES, logo em seu primeiro ano de funcionamento. Levando em consideração seus reflexos, acreditamos que as ações empreendidas pelo LabEcosol não foram suficientes para evitar a escalada do conflito e evidenciam as limitações e a complexidade da atuação nestes espaços, uma vez que lidamos com problemas contextuais arraigados e de longa duração.

Embora tenham emergido outras questões no Conselho e tentativas de aproximações em rede, elas careciam de um maior desenvolvimento coletivo, muito por conta do baixo engajamento dos EES, inclusive com reuniões sendo canceladas por falta de quórum. O baixo quórum fez com que o debate proposto pelo LabEcoSol acerca da necessidade do desenvolvimento do plano municipal de economia solidária, previsto como instrumento de política pública na lei municipal, fosse perdendo força na medida em que os conselheiros não se engajavam, seja em comissões de trabalho ou mesmo nos encaminhamentos do Conselho acerca desta agenda. Em relação ao plano municipal, o Laboratório avaliava continuamente que seu papel seria auxiliar no desenho metodológico e mediação, e que o interesse na sua priorização na agenda do Conselho caberia às lideranças dos empreendimentos

e a administração municipal, não partindo assim, de uma proposta desenvolvida dentro dos muros da universidade.

No último mapeamento realizado pelo LabEcosol em 2020, fica evidente a falta de atuação em conjunto dos grupos, que se movem em direções distintas para resolver seus problemas internos. Dessa forma, entendemos a necessidade de uma remobilização em torno de uma agenda que seja construída coletivamente e que represente os objetivos estratégicos dos EES, levando em consideração suas experiências e aprendizados.

Um dos indicativos neste sentido é apontado no mapeamento do LabEcosol, de que os EES reivindicam uma maior perenidade das ações governamentais. Destacando o caráter intersetorial da política de economia solidária, as falas coletadas indicam uma pluralização das áreas da administração pública que, de forma esporádica, tentam absorver as demandas dos EES. Este retrato atual apresentado pelo mapeamento coaduna com o apontado por Reinecke et al (2020) ao retratar a institucionalização da economia solidária no município, com uma participação pendular de órgãos e lideranças políticas da cidade.

Nesse sentido, apontamos que o fortalecimento de espaços de discussão, como o Fórum, poderia estimular a participação no Conselho que, consecutivamente, fortaleceria visões conjuntas do que é e do que deve ser a economia solidária no município, bem como suas áreas prioritárias. Sobre esse ponto, a trajetória que mostramos até aqui destaca um gradual aprendizado por meio da ação, em que erros e acertos, mobilizações e desmobilizações nos mostram um quadro de práticas em constante ressignificação.

Ao oferecer suporte de capacitação e formação, participar do CMES, interagir com os grupos e os poderes públicos, o LabEcosol aos poucos abre caminhos para uma extensão universitária em estreito contato com a realidade local, buscando sua alteração e modificando as percepções dentro da própria universidade. No entanto, nem tudo são flores, pois, como pode-se perceber ao longo desse texto, estamos falando de um território marcado por um

modelo de desenvolvimento e características muito particulares que, sobretudo, coloca estes tipos de iniciativas em último plano em sua lista de prioridades. Da mesma forma, a pandemia da COVID-19 e as medidas essenciais de isolamento social, contribuíram ainda mais para desmobilização dos EES da cidade, evidenciada pela falta de reuniões do CMES desde o começo da propagação do vírus no país. Muito embora os professores da universidade vinculados ao LabEcosol estejam empenhados na continuidade das ações, há que se atentar para as limitações impostas e para os interesses do próprio movimento, observando este processo na longa duração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

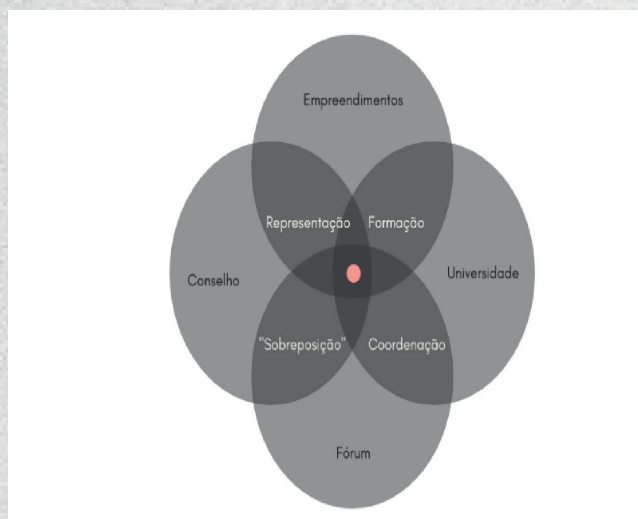
A universidade brasileira é formada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última, de acordo com Santos (2004), um instrumento de democratização e redução de desigualdades. Como processo educativo que visa a transformação social através de uma relação dialógica (FORPROEX, 1987) antes de expressarmos um diagnóstico pessimista sobre o fenômeno analisado, comum aos estudos recentes sobre conselhos gestores e economia solidária (SILVA, 2018), precisamos considerar o aspecto processual das relações empreendidas pelo LabEcosol ao longo de sua existência.

Os diferentes espaços de interação com o movimento, sejam os empreendimentos individuais ou o Fórum e o Conselho, apresentam a necessidade de reflexão contínua sobre as experiências. O panorama atual, de passagem do terreno informal para caminhos institucionais trouxe efeitos no movimento, seja legitimidade no campo formal, seja desarticulação em outros espaços vistos como sobreposições de função. Da mesma forma, a universidade era vista como espaço de formação, ao mesmo tempo que era atribuída a função de coordenação do Fórum em alguns momentos.

Esse processo de atuação, compreendendo os limites enquanto um dos atores do arranjo,

é essencial. Nesse sentido, identificar os desafios e trazê-los para problematização com os grupos é um dos caminhos. Sobretudo, é importante compreender que papel os atores do movimento identificam na universidade, com essa aproximação. Sintetizamos na Figura 02 alguns desses sentidos e relações entre os “espaços”:

FIGURA 02: Sentidos e relações entre os espaços de interação



Fonte: elaborado pelos autores

Entre os desafios apresentados nas análises destacamos a compreensão dos elementos que chamamos operacionais, tempo e espaço, assim como comportamentais e políticos. A busca por horizontalidade e por ultrapassar assimetrias internas nos espaços participativos, assim como ultrapassar elementos como timidez no processo de interação, era trilhado pela inteligibilidade e construção compartilhada das agendas. A deliberação, desde os elementos mais simples aos mais complexos, atuava como exercício da construção de repertório de ação política na esfera pública. Criar esse espaço aberto, plural e acolhedor, consiste em um desafio cotidiano. Mais que isso, a reflexão sobre os avanços e retrocessos no movimento não é vista de fora, mas sim como parte do movimento. Isso contribui para que o Laboratório possa refletir sobre limites de sua atuação, e, sobretudo, sobre seus papéis na condução e suporte às agendas e

demandas locais e do movimento como um todo.

Aproximar os atores das grandes questões, mas sobretudo estar atento às questões mais cotidianas dos empreendimentos está no centro do desafio da condução das atividades. Nesse sentido, o Conselho municipal tornou-se um espaço institucional do movimento no município, no entanto, como decorrência, tivemos o esvaziamento do Fórum e, inclusive, dificuldades de oxigenação das pautas e de quórum nas reuniões do Conselho (REINECKE et al., 2020). Desse contexto, emergem novos dilemas a serem enfrentados e absorvidos pelos atores.

Tendo em vista a complexidade deste cenário, o LabEcosol ainda pode ter algum papel a cumprir, especialmente no médio e longo prazo. Embora não se reivindique como o catalisador do movimento, o Laboratório também faz parte da rede de atores envolvidos para o desenvolvimento deste tipo de práticas na região, visando a redução das desigualdades tão enraizadas na sociedade brasileira e se valendo do compromisso social imbuído na universidade pública brasileira.

Refletindo sobre o papel da extensão universitária na economia solidária é necessário repensar sobre o papel da universidade como uma entidade de apoio e fomento, uma vez que ela interage a partir e em conjunto ao movimento de economia solidária. Importante que mesmo que o cenário atual seja de desmobilização, como foi no passado (REINECKE et al., 2020), a universidade não pode artificializar a realidade, mesmo que a existência da demanda real seja necessária para justificar recursos ou sua própria existência. Neste sentido, é necessário avaliar, refletir e compartilhar destas dificuldades com o campo acadêmico, como estamos fazendo com este texto, e continuar a estudar as causas dos problemas que resultam na desmobilização do movimento ou mesmo a apatia da administração pública para com esta agenda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, p. 11 – 58, 2004.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Decreto no 9.438, de 14 de junho de 2019. Nomeia os integrantes do Conselho Municipal da Economia Solidária – CMES, e dá outras providências. Leis Municipais, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3502OEX>> Acesso em: 13 ago. 2020.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. Reunião Anual da ANPED, v. 27, p. 1-16, 2004.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. Revista ELO–Diálogos em Extensão, v. 2, n. 2, 2013.

COSTA, P. de A., CARRION, R. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. Revista Latino Americana de Economía Social y Solidaria, v.3, n. 4, p. 66–81, 2009.

FORPROEX - I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento, Brasília, 1987. Recuperado de <<https://www.ufmg.br/proex/rex/images/documentos/1987->

I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> Acesso em 07/11/2019.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. Dados, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IPEA. Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: [s.n.], 2013.

GATTAI, Silvia; BERNARDES, Marco Aurélio. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 14, n. 6, p. 50-81, 2013.

LAVALLE, A.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. Dados, v. 59, n. 3, p. 609–650, 2016.

LAVALLE, A. et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: LAVALLE, A. (org.). Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 21 –86, 2019.

LAVILLE, J. L. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G.; et al. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. RAE, v.45, n.3, p.109-115, 2009.

LOCKS, Pompilio. Lideranças, clientelismo e movimentos sociais: reflexões a partir do caso da economia solidária. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 94-119, 2016.

MELO NETO, J. F. Extensão Universitária: bases ontológicas. Extensão universitária: diálogos populares, p. 13, 2002.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. Mal-Estar e Sociedade, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

PACHECO, A. S. V.; MELO, D.; REINECKE, L. F. G.; LOCKS, P.; SIMON, V. P. A experiência do LabEcoSol (2016-2018): Extensão Universitária e Inovação Social em Movimento. In: MUÑOZ C. Pérez, ARTEAGA I. Hernández (orgs.). Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación. v. 3, p. 277-315. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2020.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces-Revista de Extensão da UFMG, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

POGREBINSCHI, T. Conferências Nacionais e Políticas Públicas Para Grupos Minoritários. Texto para discussão 1741. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. Cadernos de Educação Especial, n.21, p. 71-85, 2003.

REINECKE, L. F. G., PACHECO, A. S.

V., MELO, D., LOCKS, P., SIMON, V. P. A institucionalização da economia solidária em Balneário Camboriú: atores, agendas e processos. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. n.70. Brasília: IPEA. 2020

SANTOS, A. M. dos; CRUZ, A. C. M. da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. e-cadernos CES, n. 02, 2008.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade (2.ed.). São Paulo: Cortez, 2004.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013.

SILVA, C. E. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. Texto para Discussão, n. 2434. Brasília: Ipea, 2018.

TILLY, C. Historical analysis of political processes. In: TURNER, J. (ed.); Handbook of sociological theory. New York: Plenum Publishers, 2002.